



Dicionário de  
**Filosofia**

---

Nicola Abbagnano

*Edição revista e ampliada*

eficaz quanto mais forte. É só de acordo com o terceiro ponto de vista, como notava Hegel, ou seja, segundo a periculosidade para a sociedade civil, que as P. podem ser convenientemente graduadas (cf. HEGEL, *Fil. dodir.*, § 218). Neste terreno, portanto, a confusão e a mescla dos vários conceitos de P. está longe de ser inócua, sendo o motivo principal da desordem e das desigualdades existentes nos sistemas penais vigentes.

**PENSAMENTO** (gr.  $\nu\omicron\iota\omicron\iota\varsigma$ , Siávoioc; lat. *Cogitado*; in. *Thought*; fr. *Pensée*, ai. *Denken*; it. *Pensiero*). Podemos distinguir os seguintes significados do termo: 1" qualquer atividade mental ou espiritual; 2- atividade do intelecto ou da razão, em oposição aos sentidos e à vontade; 3" *Mividãdc* discursiva; 4- atividade intuitiva, -.

1<sup>Q</sup> O significado mais amplo do termo, que indica qualquer atividade ou conjunto de atividades espirituais, foi introduzido por Descartes: "Com a palavra 'pensar', entendo tudo o que acontece em nós, de tal modo que o percebamos imediatamente por nós mesmos; por isso não só entender, querer e imaginar, mas também sentir é o mesmo que pensar" (*Princ. phil.*, I, 9; cf. *Méd.*, II). Esse significado é conservado pelos cartesianos (cf. p. ex. MALEBRANCHE, *Kecherche de la vérité*, I, 3, 2) e aceito por Spinoza, que inclui entre as maneiras do P. "o amor, o desejo e qualquer outra afeição da alma" (*Et.*, II, axioma III). Locke fazia alusão a esse significado, mesmo notando que em inglês pensamento significa mais propriamente "operação do espírito sobre as próprias idéias" (P. discursivo) e preferindo por isso a palavra "percepção" (*Ensaio*, II, 9, D- O mesmo significado era aceito por Leibniz, que definia o P. como "uma percepção unida à razão, cjué os animais, pelo que nos é dado ver, não possuem" (*Op.*, ed. Erdmann, p. 464), e observava que esse termo podia ser interpretado também com o significado mais geral de percepção, e neste caso o P. pertenceria a todas as enteléquias (também aos animais) (*Nouv. ess.*, II, 21, 72). A tradição desse significado interrompe-se com Kant e não é retomada na filosofia moderna.

2" No segundo significado, esse termo designa a atividade do intelecto em geral, distinta da sensibilidade, por um lado, e da atividade prática, por outro. Neste significado Platão emprega, às vezes, a palavra  $\nu\epsilon\nu\alpha\iota\varsigma$ , como quando designa com ela todo o conhecimento intelectual, que encerra tanto o P. discursivo

(ôtaívoia) quanto o intelecto intuitivo ( $\nu\omicron\iota\omicron\iota\varsigma$ ) (*Rep.*, VII, 534 a), e outras vezes a palavra Siávoioc, como faz quando define o P. em geral como o diálogo da alma consigo mesma. "Quando a alma pensa" — diz ele — "não faz outra coisa senão discutir consigo mesma por meio de perguntas e respostas, afirmações e negações; e quando, mais cedo ou mais tarde, ou então de repente, decide-se, assevera e não duvida mais, dizemos que ela chegou a uma opinião" (*Teet.*, 190 e, 191 a; cf. *Sof.*, 264 e). No mesmo sentido geral, Aristóteles emprega a palavra ôiávoioc como quando diz: "Pensávcl significa aquilo sobre o que existe um P." (*Met.*, V, 15, 1021 a 31).

Este significado, que é o mais amplo (depois do precedente), tornou-se tradicional e é compartilhado por todos os que admitem a noção do intelecto como faculdade de pensar em geral: na realidade as duas noções coincidem. S. Agostinho (*De Trin.*, XIV, 7) e S. Tomás de Aquino (*S. Th.*, II, 2, q. 2 a. 1) admitem esse significado genérico ao lado do significado específico de P. discursivo (v. adiante). Neste sentido, o P. constitui a atividade própria de certa faculdade distinta do espírito humano, mais precisamente a faculdade à qual pertence a atividade cognoscitiva superior (não sensível). Wolff definia neste sentido: "Dizemos que estamos pensando quando estamos cientes daquilo que acontece em nós, que representa as coisas que estão fora de nós" (*Psychol. empírica*, § 23). Este significado constitui, hoje também, o emprego mais comum desse termo na linguagem corrente.

3<sup>Q</sup> O terceiro significado de P. especifica-o como P. discursivo. É esse o P. que Platão chamava de *dianóia*, considerando-o órgão das ciências propedêuticas (aritmética, geometria, astronomia e música), encaminhamento e preparação para o pensamento intuitivo do intelecto (*Rep.*, VI, 511 d). S. Agostinho negava que o Verbo de Deus pudesse chamar-se P. neste sentido (*De Trin.*, XV, 16); o mesmo fazia S. Tomás de Aquino, porque neste sentido pensar é "uma consideração do intelecto acompanhada pela indagação, sendo portanto anterior à perfeição que o intelecto atinge na certeza da visão" (*S. Th.*, II, 2, q. 2, a. 1; cf. I q. 34, a. 1). Segundo S. Tomás de Aquino, este é o significado "mais apropriado" da palavra "P.". Neste significado, pode-se integrar o outro, que ele distingue como terceiro (o primeiro é o genérico, conforme o n" 2), o P. como ato da faculdade

cogitativa (*virtus cogitativa*) ou razão particular (*ratioparticularis*), que corresponde à capacidade estimativa dos animais e consiste em reunir e comparar as intenções *particulares*, assim como a razão intelectiva ou P. discursivo consiste em reunir e comparar as intenções *universais* (*ibid.*, I, q. 78, a. 4). Viço só fazia expressar os mesmos conceitos ao afirmar, em *De antiquissima itoloruni sapientia* (1710), que a Deus pertence a *inteligência* (*intelligere*), que é o conhecimento perfeito, resultante de todos os elementos que constituem o objeto, e ao homem pertence só *opensamento* (*cogitare*), que é como *ir recolhendo* alguns dos elementos constitutivos do objeto (*De antiquissima itolorum sapientia*, I, 1). O empirismo referia-se à mesma noção de P. quando Hume, p. ex., afirmava que tudo o que o P. pode fazer consiste "no poder de compor, transportar, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência" (*Inq. Cone. Underst.*, II; trad. it., 1910, p. 17). E este é, finalmente, o conceito de Kant: "Pensar é interligar representações numa consciência" (*Prol.*, § 22). O que significa "pensar é o conhecimento por conceitos", e também "os conceitos, como predicados de juízos possíveis, referem-se a algumas representações de um objeto ainda indeterminado", e portanto, quando esse objeto não é dado à intuição sensível, tem-se um "P. formal", mas não um conhecimento propriamente dito, que consiste na unidade de conceito e intuição (*Crít. R. Pura*, Anal. dos conceitos, seç. 1, § 22). Ao P. neste sentido referia-se Hamilton, considerando-o "ato ou produto da faculdade discursiva, ou faculdade das relações" (*Lecture on Logic*, V, 10: I. p. 73). Desse ponto de vista, a atividade do P. é definida em termos de síntese, unificação, confronto, coordenação, seleção, transformação, etc, dos dados que são oferecidos ao P., mas não por ele mesmo produzidos. Portanto, a característica do P. visto como atividade discursiva é, em última análise, negativa: o P. discursivo nunca se identifica com seu objeto, mas versa sobre ele, ou seja, caracteriza-o e expressa-o. Neste sentido. Frege chama de P. o conteúdo de uma proposição, o seu *sentido* (v.) ("Über sinn und Bedeutung". § 5; trad. it., em *Aritmética e lógica*, p. 225). Neste mesmo sentido. Wittgenstein dizia: "O P. é a proposição significante", e identificava P. e linguagem com o fundamento de que "a totalidade das proposições é a linguagem" (*iractatus*, 3, 5; 4; 4.001).

4" A característica do conceito de P. como intuição é a sua identidade com o objeto. Neste sentido. P. é atividade do intelecto intuitivo, ou seja, do intelecto que é visão direta do inteligível, segundo Platão (*Rep.*, VI. 511 c), ou que, segundo Aristóteles, identifica-se com o próprio inteligível em sua atividade (*Met.*, XII, 2, 1072 b 18 ss.). Para o P. neste sentido os antigos usaram constantemente a palavra *intelecto* (Λ) já vimos que S. Agostinho e S. Tomás de Aquino recusaram-se a estender a ele o significado de "P.". Mas no idealismo romântico, ao mesmo tempo em que o intelecto era rebaixado à faculdade do imóvel (v. INTELECTO), O P. era alçado à posição já ocupada pelo intelecto intuitivo, e identificado com ele. Fichte foi o primeiro a fazer isso, quando identificou o P. com o Eu ou Autoconsciência Infinita (*Wissenschaftslehre*, 1794, § 1); o mesmo fizeram Schelling e Hegel. Schelling afirmava: "Meu eu contém um ser que precede qualquer pensamento e representação. F. porque é pensado; e é pensado porque é. (...) Produz-se com meu P., graças a uma causalidade absoluta" (*Vomkhais Prinzip der Philosophie*, 1795, § 3). Hegel, por sua vez. foi quem expressou com mais clareza a identificação do P. com a autoconsciência criadora, ou seja. como atividade que coincide com sua própria produção. Ao definir a lógica como "ciência do P.", afirmava que "ela contém o P. porque é ao mesmo tempo a coisa em si mesma, ou contém a coisa em si mesma porque é ao mesmo tempo o P. puro" (*Wissenschaft der Logik*, Intr., Conceito geral; trad. it.. I, p. 32). E partindo do conceito discursivo de P.. Hegel chega ao seu conceito intuitivo: "O P. no seu aspecto mais próximo mostra-se sobretudo em seu significado subjetivo comum como uma atividade ou faculdade espiritual, ao lado de outras (sensibilidade, intuição, fantasia, apetição, querer, etc). O produto dessa atividade, caráter ou forma do P. é o universal, o abstrato em geral. O P. como atividade é, por isso, o universal ativo, é propriamente aquilo que se faz, visto que o feito, o produto, é justamente o universal. O P. representado como sujeito, é o pensante; e a expressão simples do sujeito existente como pensante é o eu" (*Ene.*, § 20). Em outros termos, o P. é ao mesmo tempo a atividade produtiva e o seu produto (o universal ou conceito): ele é, portanto, a essência ou a verdade de tudo (*ibid.*, § 21). A partir de Hegel essa noção intuitiva do P. foi às vezes qualificada pelos seus defensores como concei-

to "especulativo" do P., e considerado o único adequado, por entender o P. em sua infinidade e força criadora. Mas na realidade tratava-se ainda da velha noção de intelecto intuitivo estendida ao homem, sem levar mais em conta os limites e as condições que os antigos impunham a essa extensão.

**PENSANTE, PENSAMENTO. V. ATIALISMO.**

**PERATOLOGIA.** Termo com que Ardigó designou a parte geral da filosofia, cujo objeto é o que se acha além dos campos particulares das ciências filosóficas especializadas, que são a psicologia e a sociologia (*Opere Filosofiche*. II. 1884, *passim*).

**PERCEPÇÃO** (gr. ἀνῆξις; lat. *Perceptio*, in. *Perception*; ir. *Perception*-, ai. *Wahrnehmung*, *Perception*: it. *Percezione*). Podemos distinguir três significados principais deste termo: 1º um significado generalíssimo, segundo o qual este termo designa qualquer atividade cognoscitiva em geral; 2º um significado mais restrito, segundo o qual designa o ato ou a função cognoscitiva à qual se apresenta um objeto real; 3º um significado específico ou técnico, segundo o qual esse termo designa uma operação determinada do homem em suas relações com o ambiente. No primeiro significado P. não se distingue de pensamento. No segundo, é o conhecimento empírico, imediato, certo e exaustivo do objeto real. No terceiro significado é a interpretação dos estímulos. Só no âmbito deste último significado, podemos entender o que a psicologia hoje discute como "problema da percepção".

1º No seu significado mais geral, o termo foi empregado por Telésio, segundo quem "a sensação é a P. das ações das coisas, dos impulsos do ar e das mesmas paixões e mudanças, especialmente destas últimas" (*Derer. nat.*, VII, 3). Esta doutrina abria polêmica contra a tese de que a sensação consiste simplesmente na ação das coisas ou na modificação do espírito. Telésio, porém, afirma que ela consiste na P. de uma ou de outra. A mesma doutrina foi defendida por Bacon, que se reportava explicitamente à distinção de Telésio (*De augm. scient.*, IV, 3). Descartes, por sua vez, empregava esse termo para indicar todos os atos cognitivos, que são passivos em relação ao objeto, em oposição aos atos da vontade, que são ativos (*Pass. de l'âme*, I, 17). Descartes dividiu-as em: P. que se reportam aos objetos externos, as que se reportam ao corpo e as que se reportam à alma (*Ibid.*, I, 23-25). Neste sentido geral, a pala-

vra foi usada também por Locke: "A P. é a primeira faculdade da alma exercida em torno das nossas idéias; por isso, é a primeira e mais simples idéia a que chegamos por meio da reflexão. (...) Na P. pura e simples, o espírito geralmente é passivo, não podendo deixar de perceber o que em ato percebe" (*Ensaio*. II, 9, 1). Da mesma maneira, Leibniz entende a P. como o que a alma do homem e a alma do animal têm em comum, como "a expressão de muitas coisas em uma", e distingue-a da apercepção ou pensamento pelo fato de esta última ser acompanhada pela reflexão (*Noiv. ess.*, II, 9, 1; cf. *Op.* ed. Erdmann, pp. 438, 464, etc). Não é diferente o sentido geral que Kant atribui à palavra, quando dá nome de P. à "representação com consciência", distinguindo-a em *sensação* (se fizer referência apenas ao sujeito) e *conhecimental* (se for objetiva) (*Crít. R. Pura*. Dialética, Livro I, seq. 1). É bastante óbvio que P. nesse sentido significa o mesmo que pensamento em geral; o próprio Locke notava esta identidade de significado, mesmo preferindo pessoalmente a palavra P., porque pensamento, em inglês, indica "a operação do espírito sobre as próprias idéias", enquanto na P. o espírito é geralmente passivo (*Ensaio*. II, 9, 1).

2º O segundo significado do termo é mais restrito; expressa o ato cognitivo objetivo, que apreende ou manifesta um *objeto real determinado* (físico ou mental). Este é o significado originário do termo, tal qual foi usado pelos estóicos como equivalente de compreensão (ΚΟΙΝΩΝΙΑ): "Os estóicos definem a sensação deste modo: a sensação é P. por meio do sensorio ou da compreensão" (Aécio, *Plac.* IV, 8, 1; cf. Epicuro. *Fr.* 250; Plotino, *Enn.* VI, 7, 3, 29, etc). Cícero traduzia como *perceptio* termo grego, tendo particularmente em vista o sentido de representação cataléptica (*Acad.* II, 6, 17; *Definibus*, III, 5, 17). Em sentido análogo, esse termo foi usado por S. Agostinho (*De Trin.* IV, 20) e por S. Tomás de Aquino; este último designava com ele "certo conhecimento experimental" (*S. Th.* I, q. 63, a. 5, ad 2º). Essa palavra foi reintroduzida no uso filosófico por Telésio e Bacon (como já dissemos), e com eles seu significado começou a distinguir-se do de sensação. Mas foi só Descartes que estabeleceu o significado novo e mais complexo do termo. Falando das percepções externas, ele afirmava que, conquanto elas sejam produzidas por movimentos provenientes de coisas externas, "nós as relacionamos com as coisas que